

PORTARIA INQUÉRITO CIVIL 31/2021-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Eliane Cristina Pinto Moreira, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente e outros feitos cíveis, vem, no pleito uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, no art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, no art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução nº 007/2019 do Colégio dos Procuradores de Justiça, instaurar o presente inquérito civil: 003077-025/2021.

INTERESSADO: EMPRESA TRACBEL S/A.

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO E A COLETIVIDADE.

OBJETO: apurar os danos ambientais e as responsabilidades eventualmente decorrentes dos fatos constantes no auto de infração aplicado à empresa Tracbel S/A no ano de 2020 referente ao processo administrativo nº 2020/0000034336.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 730738

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**EXTRATO da PORTARIA nº 018/2021-MP/4ºPJ/ATM**

O 4º Promotor de Justiça de Altamira/PA, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23-CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, sob nº SIMP 000187-803/2021, que se encontra à disposição na 4ª Promotoria de Justiça de Altamira, situada na Tv. Niterói, 1335, Bairro Uirapuru, Altamira/Pará, fone (93) 3515-1744/1998.

PORTARIA nº 018/2021-MP/4ºPJ/ATM

Autor: Ministério Público do Estado do Pará

Assunto: tutela de interesse individual indisponível do adolescente C. R. P. Luciano Augusto Araújo da Costa – No exercício da 4ª Promotoria de Justiça – Infância e Juventude de Altamira.

Protocolo: 730731

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 03/2021-MP/3ªPJI.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado pelo Dr. Ítalo Costa Dias, Promotor de Justiça Titular da 3ª PJ de Itaituba, no bojo da Procedimento Administrativo sob SIMP nº 004098-922/2020, torna pública a presente Recomendação visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2021-MP/3ªPJI.

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Itaituba.

OBJETIVO/FINALIDADE: Recomendar ao Município de Itaituba, que assegure os direitos e garantias fundamentais da população infanto-juvenil de etnia Warao, detalhando as estratégias e ações realizadas na esfera da saúde, educação e assistência social.

DESTINATÁRIO (S): Prefeitura de Itaituba, Secretaria de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Saúde.

Promotor de Justiça: Ítalo Costa Dias, Titular da 3ª Promotoria de Justiça da Infância, Juventude, Família, idoso e PcD de Itaituba/PA.

Protocolo: 730733

PORTARIA INQUÉRITO CIVIL 29/2021-MP/5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Eliane Cristina Pinto Moreira, titular, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente e outros feitos cíveis, vem, no pleito uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, no art. 8º, §1º, da Lei nº. 7. 347/1985, no art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução nº 007/2019 do Colégio dos Procuradores de Justiça, instaurar o presente inquérito civil: 003075-025/2021.

INTERESSADO: RA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

INTERESSADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO E A COLETIVIDADE.

OBJETO: apurar os danos ambientais e as responsabilidades eventualmente decorrentes dos fatos constantes no auto de infração aplicado à empresa RA Empreendimentos Imobiliários LTDA no ano de 2020 referente ao processo administrativo nº 2020/0000033416.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (5ª Promotora de Justiça Cível e Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba).

Protocolo: 730726

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Publicação trimestral conforme art. 15, §2º da Lei nº 8.666/93)

Nº da Ata de Registro de Preços: 004/2021-MP/PA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 050/2020-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e empresa A C NOGUEIRA PRODUÇÕES EIRELI (CNPJ nº 97.551.177/0001-18)

Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de sonorização, iluminação e projeção e locação de materiais e equipamentos para eventos institucionais organizados pelo Ministério Público do Estado do Pará

Data da Assinatura: 22/02/2021

Vigência: 23/02/2021 a 23/02/2022

Preços Registrados:

Destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte

Item	LOTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UND	QTD Estimada	Preço Unitário
18	<u>Descrição: Locação bens móveis</u> ALUGUEL DE PRATICAVEIS Praticável de aço fundido medindo 2m x 1mt para montagem de palco ou arquibancada, com carpete preto e profissional para montagem e desmontagem.	Diária	40	104,50

Destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte

Item	LOTE III - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UND	QTD Estimada	Preço Unitário
19	<u>Descrição: Locação bens móveis</u> UNIFILA Pedestal organizador com fita, sistema retrátil tendo tripla recepção de fita, em tubo metal 2", base 340 mm e altura 1050 mm.	Diária	20	57,00

Foro: Belém- PA

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins

Endereço da Contratada: Tv. São Pedro, nº 280, bairro da Campina, no município de Belém – PA, CEP: 66.023- 570, Telefone: (91) 99918-1990 / (91) 98149-1778, e-mail: guto@cnproducoes.com/ cnproducoes@hotmail.com

Protocolo: 629728

PORTARIA Nº 1109/2021-MP/SUB-JI

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 114/2018-MP/PJG, de 12 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a fiscalização das eleições suplementares para escolha de prefeito municipal de Tomé-Açu, no dia 7/11/2021;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotoria de justiça NAIARA VIDAL NOGUEIRA para auxiliar o promotor eleitoral ANTÔNIO MANOEL CARDOSO DIAS na fiscalização do pleito municipal suplementar na cidade de Tomé-Açu, nos dias 6 e 7/11/2021, sem prejuízo das demais atribuições.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

Belém, 08 de novembro de 2021.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a Área Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 1123/2021-MP/SUB-JI

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 114/2018-MP/PJG, de 12 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de Medicilândia;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 16656/2021;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotoria de justiça NAYARA SANTOS NEGRÃO para, sem prejuízo das demais atribuições, officiar nas sessões do tribunal do júri, de atribuição do cargo da promotoria de justiça de Medicilândia, referentes aos autos de processos e dias indicados, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos:

I – processo nº 0800036-88.2021.8.14.0072, dia 23/11/2021;

II – processo nº 0800016-97.2021.8.14.0072, dia 24/11/2021.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

Belém, 11 de novembro de 2021.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a Área Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 1126/2021-MP/SUB-JI

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 114/2018-MP/PJG, de 12 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de Oeiras do Pará;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 16226/2021;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça JOSÉ ILTON LIMA MOREIRA JÚNIOR para, sem prejuízo das demais atribuições, officiar nas sessões do tribunal do júri, de atribuição do cargo da promotoria de justiça de Oeiras do Pará, referentes aos autos de processos e dias indicados, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos:

I – processo nº 0002964-37.2013.8.14.0036, dia 17/11/2021;

II – processo nº 0800211-30.2020.8.14.0036, dia 18/11/2021.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

Belém, 11 de novembro de 2021.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a Área Jurídico-Institucional

PORTARIA Nº 1128/2021-MP/SUB-JI

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 114/2018-MP/PJG, de 12 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo da promotoria de justiça de direitos humanos, controle externo da atividade policial e do tribunal do júri de Ananindeua;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 14671/2021;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça NILTON GURJÃO DAS CHAGAS para officiar em conjunto com o promotor de justiça ARNALDO CÉLIO DA COSTA AZEVEDO na sessão do tribunal do júri, pautada para o dia 19/10/2021,